



CULTURA NEGRA E OUTRAS QUESTÕES

*Paulo Pires Queiroz – UFF
Tânia Mara Pedroso Müller – UFF
Florentina da Silva Souza – UFBA*

A temática racial destaca-se de forma vigorosa no espaço brasileiro de discussão pública. Esta é uma das vitórias resultantes tanto do fortalecimento das organizações do Movimento Negro quanto da multiplicação e interiorização das entidades. As novas formas de articulação e de expressão da militância nos locais de trabalho, no campo, nos sindicatos, nos movimentos populares, partidos, universidades, parlamento, nas entidades religiosas, órgãos governamentais, etc. vêm, nos últimos anos, esquentando a discussão racial. Sem prejuízo da pluralidade de concepções e ações políticas, coloca-se hoje, para a militância que debate a questão racial, o enorme desafio de priorizar os anseios e os interesses maiores da população afro-brasileira, através da formação de um amplo arco de força e aliança capaz de pautar esta questão na agenda dos problemas nacionais.

A Revista da ABPN de número 05, apresentando artigos e resenhas em torno das temáticas “Educação e Cultura Negra”, acredita ser mais um veículo de difusão e debate de ideias e informações relevantes, refletindo com desenvoltura os acalorados debates da contemporaneidade e buscando alcançar uma de suas finalidades que é superar “a invisibilidade” conferida aos descendentes de africanos nas diferentes esferas da vida nacional.

Em “Amkoullel, o menino fula: o limiar da religiosidade afro-islâmica”, Eumara Maciel dos Santos e Allison Esdras Gernandes de Oliveira analisaram a religiosidade muçulmana na tecedura das narrativas da autobiografia *Amkoullel, o menino fula*, do malinês Amadou Hampâté Bâ. No passo que delinea os valores socioreligiosos da etnia fula, Bâ tece relatos corroborando a expansão, o poder e a beleza do muçulmanismo no Mali. A pesquisa é de caráter bibliográfico, fundamentada à luz dos ideais de Munanga (2009) ao defender a diversidade étnica e cultural e, assim, impulsionar reflexões acerca das matrizes africanas. Como contribuições sobre a cultura muçulmana, foram considerados os pressupostos do Alcorão Sagrado, em diálogo com as obras de Caner e Caner (2002), Giordani (1987), Lewis (1986), Lopes (2008) e outros.



Refletindo sobre o “Sincretismo Religioso e o hibridismo Cultural: caminhos para a afirmação da religiosidade afro-brasileira”, Rosilene da Conceição Silva busca fazer uma análise reflexiva sobre como o sincretismo religioso e o hibridismo cultural, processo pelo qual as diferenças associam-se, criando novas estruturas, traduzidas e ressignificadas, foram capazes de fazer com que a religiosidade afro-brasileira pudesse resistir e se afirmar em território luso-americano, mesmo diante das tentativas de generalizações e desconstruções dessa religiosidade. Neste sentido, a autora defende a ideia de que o sincretismo religioso e o hibridismo cultural foram mecanismos de resistência contra as tentativas coloniais de descaracterização das tradições de matriz africana.

Escrevendo sobre “Comunidade Zabumba em São Luís do Maranhão: um esboço de sua configuração sócio-econômica”, Luana Tereza de Barros Vieira Rocha vem propor a compreensão dos elementos fundantes que condicionam a criação de grupos de bumba meu boi de sotaque de zabumba em São Luís do Maranhão. Nesse percurso, o estudo salienta a vida de homens e mulheres de origem rural, agora moradores dos centros urbanos na capital do Maranhão, que juntos expressam seu modo de vida através de seus bumbas. Será dito as relações dinâmicas entre os integrantes, os possíveis envolvimento com dirigentes e grupos políticos, como também, os inúmeros mecanismos que os produtores da cultura popular realizam para manter seus grupos juninos existentes.

Em “Agora também resta uma foto que o retratista deixou: Mulheres negras sob o olhar, a lente e o foco de Ierê Ferreira”, Sylvia Helena de Carvalho Arcuri tem a finalidade de apresentar as fotografias, especialmente os retratos de algumas mulheres negras fotografadas pelo grande fotógrafo Ierê Ferreira e, a partir dessas fotos, estudar a possibilidade de a fotografia servir como ferramenta para ativar a memória – não só a memória individual, mas também a coletiva. As personalidades fotografadas são importantes no cenário cultural afro-brasileiro e, junto com outras fotografias de Ferreira, fazem parte do momento de criação da memória futura da preservação da identidade cultural desse grupo. Identidade, memória e representação foram temas que perpassaram todo o artigo e para abordá-los foram usados textos importantes que apresentam conceitos como o de identidade abordado por Stuart Hall em seu livro *Identidade cultural na pós-modernidade*; os conceitos de memória e representação tratados no livro *Memória, a história, o esquecimento*, de Paul Ricoeur; os textos sobre a fotografia, de Susan Sontag do livro *Sobre la fotografía*, além de textos de Márcio Seligmann-Silva e Siegfried Kracauer.



Refletindo sobre “Movimento hip hop e a construção da identidade negra/juvenil”, Benjamin Xavier de Paula mostra a importância dessa discussão dentro da agenda nacional de debates sobre a questão racial. O autor entende que o hip hop é hoje um dos mais importantes movimentos de construção e autoafirmação da identidade do negro na sociedade brasileira rumo à alteridade e ao respeito negados ao longo da maior parte da nossa história, sua atuação no contexto social atual surge como fruto da tomada de consciência das inúmeras faltas cometidas contra os afro-brasileiros em nome da cor da pele, pautando-se pela busca de caminhos que conduzam ao reconhecimento e ao respeito às diferenças da nossa comunidade por meio da arte e da cultura.

Ao afirmar que “No Ceará tem negros e negras, sim!” Débora Andrade Pamplona Bezerra pretende contestar brevemente o mito amplamente divulgado, tanto popularmente quanto na mídia nacional, de que no estado do Ceará não existem negros e negras. Após a ambiciosa tarefa de definir o que é ser negro, englobando os conceitos de raça sob a perspectiva histórica, biológica, cultural e política no Brasil e em outras culturas, a autora descreve suposições pessoais que podem explicar o surgimento do mito: a nomenclatura escorregadia derivada do conceito limitado do que é ser negro; o indigenismo, que romantizou a imagem do índio nordestino, fazendo com que a população local se identificasse com esse grupo étnico, ao invés dos descendentes de africanos que por sua vez foram demonizados; e por fim a data da abolição da escravatura no Ceará, primeiro estado a oficialmente libertar seus escravos. A partir daí, o artigo traça um breve histórico da população negra naquele estado, dividindo a discussão em três partes: dados estatísticos, dados culturais e movimentos políticos que comprovam a existência de negros e de negras no Ceará. Utilizando-se desses dados, a autora contesta o mito e tenta rebatê-lo, concluindo com a negação do mito.

Analisando sobre “Panorama dos Programas de Ação Afirmativa para Inserção da População Negra no Ensino Público Superior Brasileiro (2002-2007): estudos e grupos de pesquisa”, Alessandro de Oliveira dos Santos apresenta reflexões sobre estudos e grupos de pesquisa que abordam os Programas de Ação Afirmativa (PAAs) no ensino público superior brasileiro. Os estudos mostram que no período inicial de sua implantação, 2002 até 2007, os PAAs contribuíram para o aumento do número de candidatos inscritos nos vestibulares pertencentes aos grupos alvo dos programas; para o aumento do número de matriculados desses grupos nos cursos de graduação; para a melhora no desempenho acadêmico e o fortalecimento da identidade étnico-racial dos alunos dos programas e para a ampliação do interesse do corpo docente e discente das universidades pelo tema das relações étnico-raciais. A avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade racial e a investigação



da legislação brasileira que trata da discriminação e dos direitos de minorias foram, por sua vez, o foco de investigação dos grupos de pesquisa naquele período. Conclui-se que os PAAs e os grupos de pesquisa estabelecem uma relação de cooperação e complementaridade. Os programas estimulam a formação de grupos de pesquisa que, por sua vez, geram conhecimentos sobre os próprios programas e sobre as relações étnico-raciais e políticas de promoção da igualdade.

Discutindo a “invisibilização da África: apagamento da história e da cultura do negro na educação formal brasileira”, Helena do Socorro Campos da Rocha e Bruno Jorge Abdul Massih Viana vão construir suas reflexões à luz das análises pautadas na legislação brasileira. O artigo trata da Lei 10.639/2003 enquanto instrumento contra hegemônico e de resistência às manipulações da cultura dominante nas tentativas de materializar a omissão e invisibilização da importância da cultura negra africana e sua contribuição para a formação do povo brasileiro constantes em pesquisas contextualizadas depois de 2003, data de implementação dessa Lei. Constatou-se que a invisibilização do continente africano, materializado no apagamento da história e da cultura do negro na educação formal, antes se dava na forma de legislação que impedia o negro ao acesso à cultura formal através de sua interdição aos bancos escolares. Hoje, em pleno século XXI, pesquisas como as de Tonini (2001), Oliva (2008), Borges (2009) e Costa e Dutra (2009) evidenciam a sutileza da interdição cultural que ocorre tanto pela via do recurso didático utilizado pelo professor, quanto através de suas práticas.

Trabalhando em “Relações étnico-raciais e currículos escolares nas teses e dissertações em Educação (1987-2006): desafios da inclusão da cultura negra nas práticas curriculares”, Kátia Evangelista Regis aborda resultados de pesquisa de doutorado que sistematizou e analisou os principais temas discutidos em teses e dissertações sobre relações étnico-raciais e currículos escolares, realizadas em programas de pós-graduação em educação. A autora identificou 187 estudos sobre relações étnico-raciais e educação. Dentre eles, selecionou-se os 51 trabalhos que versaram sobre relações étnico-raciais nos currículos. Recuperou-se 29 estudos, nos quais se utilizou os referenciais da análise de conteúdo, por meio da análise categorial (BARDIN, 2008). Como resultado, agrupou-se as pesquisas em quatro categorias: a) o negro nos livros didáticos; b) relações étnico-raciais no currículo em ação; c) estereótipos, preconceito racial e discriminação racial no cotidiano escolar; e d) o ensino da História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros nos currículos escolares. Este artigo refletirá sobre a última categoria, discutindo os desafios para a inclusão da cultura negra nas práticas curriculares.



Entretanto, ao abordar a questão “Letras Negras: as contribuições da literatura para aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino médio”, Richard Christian Pinto dos Santos argumenta que a aprovação dessa Lei é o resultado da organização das entidades que visam mitigar o racismo no Brasil. Apesar da histórica presença e contribuição das populações afrodescendentes no que concerne à formação social e cultural do país a persistência da discriminação racial, mantendo a mesma estrutura racializada de sociedade verificada nos longos séculos em que perdurou o escravismo na sociedade brasileira. A citada lei objetiva incluir a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira e as relações raciais na sociedade brasileira nos currículos escolares como forma de efetivar o caráter democrático e inclusivo da escola previsto em outras legislações educacionais, mas tão pouco colocado em prática. A escola exerce papel importante na visibilização e valorização da cultura negra e das populações que a produzem ao apresentá-la de maneira isenta de preconceitos.

Ao agradecer a participação de todos os colaboradores deste número da revista, gostaríamos de pontuar que as denominadas políticas de ação afirmativa, ao chamarem a si a culpa das condições de desigualdade social e cultural, tem-se transformado, cada vez mais, em políticas compensatórias ou reparadoras. Todavia, contraditoriamente, essas políticas podem estar promovendo o alargamento de um fosso que separa, hierarquiza e discrimina pessoas, para depois lhes oferecer uma suposta inclusão e trazer como consequência subjacente a transformação do “outro” em “mesmo”.

Enfim, mais uma vez, dispomos de uma revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros sobre a importância da *Cultura Negra*. O impacto de suas análises e reflexões começa exatamente com essa proposição temática da Revista. Trata-se de mais um número que vale a pena ler e usar como referência e fundamento para outras reflexões sobre a Cultura Negra e como ela é e está sendo apropriada na Educação. A escola e a sala de aula tornaram-se um sistema de ensino complexo. A escola de hoje não pode mais ser pensada isolada, seletiva, apartada da vida “lá fora”, pois seu “aqui dentro” e o “lá fora” são partes de um mesmo contínuo e expressam o jogo de posições e o colorido do que podemos ser na diversidade dos tempos e lugares de nossa existência. E a Cultura Negra, como elemento constituidor da nação brasileira, deve servir de referência para os modelos pedagógicos e ações educativas hoje em pauta.